

Investigação universitária - o Estado financia 95 por cento

Os estrangeiros gastam mais em investigação que os empresários portugueses.

O Estado financia em cerca de 95 por cento as actividades de investigação universitária no âmbito da I&DE (investigação e desenvolvimento empresarial), de acordo com um estudo publicado na «Revista de Ciência, Tecnologia e Sociedade», da Associação de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (ACTD).

Segundo os mais recentes dados disponíveis, a participação de empresas da investigação universitária em 1984 representa somente 0,5 por cento do total das despesas em I&DE, tendo os fundos provenientes do estrangeiro representado cerca de 0,8 por cento, valor sensivelmente mais elevado que a participação das empresas portuguesas, tendo, no entanto, em relação aos números de 1984, havido um pequeno acréscimo na sua contribuição, para a in-

vestigação no ensino superior.

Os fundos próprios das universidades e outras instituições de ensino superior, para o desenvolvimento da investigação, atingem o montante de 3,1 por cento em 1984, valor significativo atendendo ao registado em 1982, que totalizou 1,5 por cento.

No total das actividades da I&DE realizadas no País cabem às universidades 60 por cento das actividades de investigação fundamental, 30 por cento de investigação aplicada e 16 por cento de desenvolvimento experimental. A partir de 1982, verifica-se uma tendência da investigação universitária se concentrar nos domínios e actividades com aplicação mais prática, como sejam as áreas das ciências de engenharia.

Em termos de PIB, a despesa total de I&DE no ensino supe-

rior em 1980, expressa em percentagem, fica muito aquém do que seria desejável, quando comparada com os países da

Comunidade Europeia, situando-se nos 0,07 por cento, em contraste com os 0,49 por cento da Holanda em 1979.

Para o mesmo ano, e porque não existem dados mais recentes, a Alemanha Federal contribuiu com 0,38 por cento do seu PIB, seguindo-se por ordem de importância relativa, a França com 0,28 por cento, a Bélgica, Dinamarca, Reino Unido e a Itália.

Estes valores são demonstrativos do que haverá ainda por fazer no tocante ao desenvolvimento das diversas formas de investigação nas universidades e instituições portuguesas, para que o seu consumidor final (a estrutura empresarial) possa assimilar no seu processo produtivo, através da incorporação da ciência e da nova tecnologia, de modo a procurar maximizar a produção, minimizando os custos. Este é afinal o destino da investigação e desenvolvimento experimental efectuado nas universidades e instituições portu-

guesas.

No relacionamento entre o sector produtivo e a universidade, aquele estudo dá atenção às alterações institucionais qualitativas verificadas desde a década de 70, em que predominavam as iniciativas de carácter individual, passando no início dos anos 80 para um modo essencialmente institucional, pelo aparecimento de novas instituições de carácter privado, sem fins lucrativos, geralmente situadas na vertente universitária, orientadas para o desenvolvimento tecnológico e experimental, em que a facilidade na concepção e continuação de financiamento de projectos de investigação aplicada e a ausência de burocracia, transportem mais facilmente os resultados para o sector produtivo empresarial.

Rudolfo Rebelo

Investigação científica